



CDU - AUTÁRQUICAS/2013

PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL PARA O CONCELHO DE ÉVORA

JUNTOS CONSEGUIMOS Soluções para Uma Vida Melhor

1. Construir a Mudança Necessária

Évora, cidade e concelho, é uma pérola histórica, patrimonial, ambiental.

Évora, na riqueza da sua diversidade, é única nas suas características porque afirma e integra essa ímpar e reconhecida identidade que diferencia o Alentejo como Região em Portugal e na Europa.

Qualidade e diferenciação são factores determinantes para a afirmação de Évora no contexto regional, nacional e internacional.

Évora – cidade e concelho, município e freguesias – tem imensas potencialidades económicas, sociais, patrimoniais, culturais, ambientais e políticas que podem e devem garantir, a todos, melhores condições e qualidade de vida, numa comunidade em busca do progresso, do desenvolvimento sustentado, de uma crescente justiça social.

Hoje, contudo, a globalização, as políticas de inspiração neo-liberal e a integração económica europeia condicionam, quando não mesmo impedem, o cabal uso das capacidades endógenas para garantir, por si, o desenvolvimento local. As políticas nacionais e da União Europeia impõem-nos condicionantes globalmente negativas mas com aspectos pontuais que podem e devem ser usados favoravelmente. É neste enquadramento que é necessária a capacidade para definir e implementar um **Programa de Governo Municipal próprio e uma estratégia autónoma de desenvolvimento local para Évora.**

Acrescem, ainda, 12 anos de descalabro da gestão PS no Município:

- A submissão da gestão a interesses privados ou de grupo, o casuístico como norma, o abandono do conceito de planeamento urbano e ordenamento territorial que respeitava a História e o património de Évora, minaram a credibilidade puseram em causa o desenvolvimento futuro;
- A desclassificação e o desprezo pela cultura (destruindo as inovações que a **CDU** implementara), uma política para a cultura de cariz mercantilista com confrangedora incapacidade para compreender a interligação cultura/património para o futuro da cidade;
- A liquidação da participação cívica e de um relacionamento saudável com o movimento associativo conduziram ao empobrecimento democrático e à redução da dinâmica associativa, fundamental à nossa vida comunitária;
- A *falência técnica* do Município (€ 75 milhões de euros de dívida; 590 dias para, em média, pagar a fornecedores; resultados líquidos negativos de € 11 milhões de euros) e uma *hipoteca* sobre os que vivem e trabalham em Évora, a pagar por 20 anos e com imposição de valores máximos para impostos, taxas, tarifas, preços municipais.

Estes são apenas alguns traços do desastre e ruína a que o PS conduziu o Município. Desastre que já se abate sobre Évora, o seu Povo e instituições. Ruína que vai restringir drasticamente a próxima gestão democrática da **CDU** em Évora.

É largamente reconhecido que Évora está em declínio. O Centro Histórico está a decair; a orgulhosa, branca e limpa cidade Património da Humanidade mal tratada; a inovação, que tornou Évora referência do Poder Local Democrático e das boas práticas, desapareceu; a vida económica, social e cultural está em queda. Esfumou-se a credibilidade e o prestígio que marcaram Évora no pós-25 de Abril.





Então, o que faz falta?

O que faz falta é **romper com esta política e com esta gestão do PS.**

O que faz falta é **uma mudança real: uma nova e diferente política autárquica, um novo Governo Municipal de confiança em que os interesses colectivos de Évora sejam o centro da actividade do Município.**

O que faz falta é uma **nova maioria CDU, única força política que garante a mudança necessária!**

A CDU propõe, com este **Programa de Governo Municipal**, iniciar o caminho rumo a um objectivo ambicioso mas realizável, pelo empenhamento comum do Município, das instituições e dos cidadãos: **transformar, firmada nas raízes identitárias do seu Povo e da cidade histórica, Évora como uma nova referência regional, nacional e internacional de práticas humanistas, de valorização patrimonial, cultural e ambiental, de desenvolvimento sustentado, centrada na melhoria das condições, qualidade de vida e bem-estar de todos!**

Com a CDU, Vamos Mudar! Juntos Conseguimos!





2. CDU – A Força da Diferença, A Força da Mudança

A CDU tem um **projecto político de esquerda, diferente, que propõe a mudança para uma sociedade de cooperação, humanista, socialmente mais justa**. Luta contra a política neo-liberal, denuncia e bate-se contra a concentração de riqueza numa elite, o desemprego, as crescentes desigualdades sociais e o empobrecimento da maioria de população. Propõe alternativas aos caminhos impostos ao país nos últimos anos.

A CDU combate a política de litoralização e desordenamento do país, o desprezo pelo interior e pelo Alentejo, exigindo o fim da injusta distribuição de meios que penaliza fortemente a nossa Região e o concelho de Évora.

A CDU exige uma **nova política nacional de desenvolvimento regional** que combata os desequilíbrios regionais e inter-regionais e que aposte na coesão territorial como pilar de desenvolvimento do país.

A CDU tem um **projecto autárquico** distinto, de progresso e desenvolvimento sustentado, de transformação social ao serviço da população:

- Gestão democrática, inovadora, aberta e participada;
- Defesa do Poder Local Democrático autónomo, com eleição directa e proporcional, com órgãos colectivos e pluripartidários. A recuperação das freguesias agora extintas, autarquias fundamentais para garantir a proximidade e a defesa dos interesses das populações;
- Recusa de privilégios pessoais no exercício dos cargos. Isenção, trabalho, competência, honestidade;
- Apoio e fomento do associativismo e de outras formas de organização da população;
- Respeito pelos cidadãos e apoio às suas justas aspirações e reivindicações;
- Defesa e modernização dos serviços públicos;
- Defesa dos postos de trabalho, valorização dos trabalhadores e modernização das autarquias;
- Luta pela **Regionalização** e pelo reforço do **Municipalismo**

A CDU articula o **projecto político nacional de mudança** com o **programa de transformação de Évora**.





3. Renovar o Município, Servir Évora

O PS vai deixar um Município despesista, endividado e em falência técnica, ultrapassado e desorganizado, ineficaz e burocrático, sem visão estratégica e gerindo o dia-a-dia, envelado numa rede clientelar, com a generalidade dos trabalhadores desmotivados, preocupados e afastados da gestão. Um Município que perdeu a noção da importância do serviço público e que abdicou de defender os interesses comuns de Évora.

O que faz falta?

Faz falta pôr fim à política de degradação do Município.

Faz falta implementar um **programa de renovação profunda do Município**.

Faz falta **transformar o Município de forma a torná-lo um factor de desenvolvimento de Évora, cidade e concelho**.

3.1. Recuperar as Finanças Municipais

A gestão PS levou, nestes 12 anos, o Município à ruína financeira e económica. O Município foi oficialmente declarado (p.ex., Despacho nº 4507/2013, de 7 de Março, dos Secretários de Estado da Administração Local e do Tesouro) em “*desequilíbrio financeiro estrutural*”, expressão oficial para classificar o **Município de Évora em falência técnica**. Bastam alguns dados do Relatório de Gestão de 2012 (elaborado e aprovado pelo PS) para evidenciar o buraco económico e financeiro:

- Uma dívida oficial de € 75 milhões de euros;
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores de 590 dias;
- O limite legal anual de endividamento líquido ultrapassado em € 4,6 milhões de euros;
- Um resultado líquido negativo, em 2012, de € 10,7 milhões de euros.

E mantêm-se, onerando fortemente as finanças municipais, negócios ruinosos feitos pela incompetente e subserviente gestão do PS. Alguns exemplos:

- O contrato, firmado com o então Ministro do Ambiente José Sócrates (2002), para entrega do sistema de abastecimento de água e saneamento em alta à Águas do Centro Alentejo, SA que abre a porta ao negócio privado da água e que factura ao Município mais de € 500.000 euros/mês;
- O contrato de execução de transferência de competências na área da educação, concertado com o anterior Governo PS, que transferiu para o Município um pesado conjunto de encargos financeiros sem a correspondente receita;
- O negócio da Praça de Touros em que o Município enterrou dinheiros públicos (mais de € 5 milhões de euros) em propriedade privada.

O descalabro é ainda maior e a situação ainda mais preocupante atendendo a que, recentemente, a gestão PS contratou com o Governo PSD/CDS um empréstimo, pomposa e erroneamente designado de *Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)*. Ora, este empréstimo que, noutras condições poderia ser um contributo positivo para minorar o problema da enorme dívida municipal, vai transformar-se em **mais um garrote para o Município** (e não apenas para as finanças municipais), **para o Povo e para o concelho**:

- ✓ Dos € 32 milhões de euros para pagar dívidas, cerca de € 20 milhões vão para a Águas do Centro Alentejo, SA, mais uns milhões para pagar a fornecedores de fora do concelho, sendo quase residual a verba que vai chegar à debilitada economia local;
- ✓ Vai prolongar-se por 20 anos (5 mandatos), tem uma taxa de juro 15 pontos base acima do que o Estado Português paga aos seus credores e obriga o Município a colocar no máximo ou “optimizar” impostos (como o IML), taxas, tarifas e preços municipais. Por curiosidade, diga-se que a 1ª prestação daquele empréstimo será paga no início do próximo mandato da CME!

Esta pequena janela sobre as finanças municipais demonstra que a gestão PS, para além da **ruína e da falência técnica da Câmara**, constituiu de facto uma **hipoteca**, por décadas mas já em execução, **sobre os cidadãos, o Município, as instituições locais, a vida no concelho**.





O que faz falta?

Faz falta romper com a subserviente, incompetente e ruínoza gestão PS que comprometeu, por muitos anos, a autonomia e, sobretudo, a capacidade operacional e de investimento (tão necessário!) da Câmara.

Faz falta implementar um **programa global para tirar a Câmara da falência e recuperar as finanças municipais**.

Faz falta implementar uma **nova gestão económica e financeira equilibrada e saudável, respeitadora do dinheiro e do património públicos, transparente, eficaz e rigorosa que se constitua como uma base de apoio ao desenvolvimento de Évora, cidade e concelho**.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ Fazer um **levantamento completo da situação económica e financeira e reflectir essa realidade nas contas municipais**;
- ✓ Elaborar um **programa de curto, médio e longo prazo para a recuperação das finanças municipais** que integre, nomeadamente:
 - **reorientação da política económica e financeira do Município para a salvaguarda do interesse público**;
 - **reorganização municipal**, no respeito pelos direitos dos trabalhadores e salvaguarda do emprego, orientada para a eficácia e para a implementação de uma inovadora gestão pública, com uma cultura de serviço público, que garanta desburocratização, empenhamento, produtividade, eficácia, rigor e transparência;
 - **reorientação da gestão das receitas municipais** segundo princípios gerais da boa gestão pública, do incentivo à dinamização económica, de justiça social e eficácia (aumentar ou manter valores altos nem sempre é sinónimo de mais receita);
 - **redução** progressiva e **anulação** dos resultados operacionais negativos;
 - **análise económica e financeira** bem como **decisão** sobre cada um dos compromissos e das dívidas existentes;
 - **rescisão**, preferencialmente por acordo, de compromissos e/ou contratos penalizadores do erário público, dos serviços públicos ou dos interesses comuns do Município e das populações;
 - **renegociação** da dívida, em particular, quanto a montantes, prazos e juros; tomar a iniciativa de **revisão do PAEL**, de preferência via Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), reduzindo os custos, as imposições, as limitações, tornando-o flexível e menos agreste para os municípios e para as populações;
 - **plano de pagamentos e de redução da dívida** que assegure a diminuição gradual do prazo médio de pagamento e dê preferência aos fornecedores do concelho e da Região.
- ✓ Exigir ao Poder Central o cumprimento do princípio constitucional da **justa repartição de recursos do Estado**, nomeadamente, **denunciar a redução de verbas e a asfixia financeira dos municípios** e **exigir uma nova lei das finanças locais que, sem aumentar a despesa pública, aumente a proporção de verbas para o Poder Local**, onde essas verbas são aplicadas de forma mais eficaz.

3.2. Promover a Participação numa Gestão Democrática e Aberta

O PS impôs no Município uma gestão cujos traços fundamentais se podem resumir na **rendição ao neo-liberalismo**, traduzido no abandono da defesa dos interesses colectivos de Évora e dos serviços públicos, na **redução da democracia local e da democraticidade dos órgãos autárquicos**, traduzido em particular num poder centralista, quer ao nível municipal quer nas relações com instituições e cidadãos, e na presidencialização da Câmara, no **desbaratar de dinheiros e meios públicos e na incompetência da gestão financeira e económica**.

O que faz falta?

Faz falta romper com a centralista, burocrática, subserviente e incompetente gestão PS.

Faz falta implementar uma **nova gestão democrática, aberta e transparente em que o incentivo e a participação de cidadãos e instituições nos processos de tomada de decisão seja o princípio paradigmático do conceito de gestão**.





Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Colocar** os interesses colectivos de Évora, do seu Povo e instituições, no centro da política e da actividade municipal, denunciando e combatendo tudo o que seja prejudicial para Évora;
- ✓ **Implementar** formas de auscultação das populações e instituições, formal e informalmente, incentivando a participação nos processos de tomada de decisão municipal;
- ✓ **Reorganizar, pôr a funcionar e criar** estruturas institucionais de participação, como as Comissões e Conselhos Municipais, garantindo que são consideradas na política municipal;
- ✓ **Auscultar** as populações e os seus órgãos representativos, em particular as Juntas de Freguesia;
- ✓ **Aprofundar** a descentralização para as freguesias e dar tratamento igual a todas independentemente da sua maioria política;
- ✓ **Promover** o funcionamento regular, colectivo e democrático dos órgãos autárquicos com reuniões abertas à população;
- ✓ **Envolver** as populações e as instituições na construção dos orçamentos municipais;
- ✓ **Respeitar as oposições**, garantir-lhes condições de trabalho para além do Estatuto do Direito de Oposição bem como a sua participação nas decisões;
- ✓ **Criar formas de contacto directo e regular** dos eleitos com as populações;
- ✓ **Propor reuniões periódicas** entre os diversos órgãos autárquicos defendendo a autonomia de cada um;
- ✓ **Informar** periodicamente sobre a actividade autárquica;
- ✓ **Prestar contas** às populações, de forma regular, sobre o trabalho realizado e as dificuldades encontradas;
- ✓ **Defender e valorizar** os trabalhadores autárquicos, **apoiar** os Serviços Sociais, **garantir** a auscultação e participação das estruturas representativas, **fomentar** a contribuição dos trabalhadores para uma melhor gestão pública;
- ✓ **Defender o Poder Local Democrático; exigir a devolução ao Povo das freguesias extintas;**
- ✓ **Propor**, aos Municípios e outras instituições da Região, **iniciativas de convergência na acção** com vista a uma **plataforma comum para defender, lutar e construir um programa a prazo para o desenvolvimento do Alentejo;**
- ✓ **Lutar pela Regionalização** para garantir órgãos regionais que se batam pelo Alentejo e sejam eleitos pelo voto popular e não nomeados pelo Governo.

3.3. Reconstruir uma Câmara democrática com uma inovadora cultura de serviço público

O PS, propagandeando a “excelência”, transformou a Câmara Municipal na **negação do que deve ser um Município moderno, democrático e instrumento de desenvolvimento**. A Câmara Municipal de Évora está, hoje, anquilosada, centralizada, desarticulada, estruturalmente desequilibrada, burocratizada, sem noção de serviço público, descredibilizada. A situação seria ainda mais grave se não fosse o esforço, o profissionalismo, o brio e a vontade de resolver os problemas das pessoas, por parte da generalidade dos trabalhadores, ainda que confrontados com o mais violento ataque aos seus direitos e aos seus postos de trabalho.

O que faz falta?

Faz falta romper com esta realidade.

Faz falta recriar confiança e motivação, **reconstruir uma Câmara democrática em processo de modernização e de inovação, assumindo e interiorizando uma inovadora cultura de serviço público.**

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Aplicar** uma gestão de proximidade entre eleitos e trabalhadores introduzindo dinâmicas participadas de inovação, modernização e motivação;
- ✓ **Avançar**, de imediato, com um programa de desburocratização dos serviços e de redução dos tempos de resposta a munícipes, empresas e outras instituições;
- ✓ **Criar** o Gabinete “Mais Freguesias” para rapidez de resposta Câmara/Juntas;
- ✓ **Reorganizar a estrutura e funcionamento dos serviços municipais**, com a participação de todos os trabalhadores, tendo como princípio base uma **cultura de serviço público**, colocando o **cidadão e as instituições como centro** do funcionamento municipal e visando qualificar os serviços, aumentar a produtividade e a eficácia, garantir responsabilidades, respeitar direitos;





- ✓ **Implementar** um programa de modernização e rentabilização dos serviços municipais, nomeadamente quanto a património, instalações e equipamentos;
- ✓ **Rentabilizar** os recursos técnicos e humanos do Município;
- ✓ **Apresentar** propostas para renovação e aprofundamento do Poder Local Democrático, da gestão pública eficaz e com direitos, de relacionamento com os cidadãos e as instituições.

4. Revalorizar Évora como Património da Humanidade

A gestão PS permitiu intervenções, com destaque para o Centro Histórico, que afectaram o equilíbrio do conjunto arquitectónico que constitui o núcleo do Património Mundial. A gestão PS desvalorizou, descuroou e feriu a identidade histórica, cultural e patrimonial que permitiu, com a **CDU**, construir a classificação de **Évora como Património da Humanidade**.

Este património único e este reconhecimento mundial pela **UNESCO** é o que possibilita a **diferenciação** e a **qualidade** que permite **afirmar Évora internacionalmente** não apenas como destino turístico mas como espaço preservado e de qualidade de vida, potenciando a atractividade.

É, também, a par da sua situação geográfica e pertença à região alentejana, um factor fulcral para a afirmação nacional de Évora.

O que faz falta?

Faz falta pôr fim a esta gestão PS que sobrepôs os seus interesses clientelares ao interesse público de salvaguarda do património mundial, que desqualificou Évora como Património da Humanidade.

Faz falta re(i)novar implementando uma **nova gestão que assuma como prioridade a valorização de Évora como Património da Humanidade, reconduzindo à defesa do interesse público, apostando na preservação, na reabilitação, na animação do Centro Histórico como componente determinante do desenvolvimento de que Évora precisa.**

Faz falta agir com base numa visão alargada do conceito de património mundial que englobe a vivência na cidade, enquadre a envolvente do Centro Histórico, o valor patrimonial e paisagístico do espaço rural bem como o património imaterial.

4.1. Projectar o Equilíbrio entre o Histórico e a Modernidade

A situação de ruína económica e financeira da Câmara Municipal não permite que se possa avançar com investimentos estruturantes necessários. Ainda assim, iremos procurar activamente todas as oportunidades possíveis de financiamentos que possam permitir a concretização de algumas daquelas intervenções.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Elaborar e aplicar**, chamando à participação todos os que vivem e trabalham no Centro Histórico (CH) e de todos os que queiram contribuir com ideias e propostas, um **Programa Integrado de Revalorização e Animação do Centro Histórico** que recolha o centro da cidade património mundial no núcleo prioritário da acção municipal e que, nomeadamente:
 - Promova o CH como principal pólo de centralidade e atractividade a Évora;
 - Aponte medidas de revitalização do CH retomando a sua multifuncionalidade e importância económica e de vivência societária;
 - Defina e concretize um programa anual de animação do CH;
 - Construa uma grande iniciativa anual de visibilidade nacional e internacional baseada no CH;
 - Reponha no CH serviços municipais que ali possam ser adequados e possam dinamizar a actividade diária;
 - Crie uma **rede de cooperação entre entidades intervenientes no CH** para estruturar, dar visibilidade e dinamizar a actividade económica, cultural e turística do CH e a ligação do CH com os bairros, o concelho e a região;
 - Crie um **parque de auto-caravanas** junto ao CH.
- ✓ **Recuperar** o crédito e o prestígio que Évora, Património Mundial, já disfrutou junto da UNESCO, nomeadamente:
 - Elaborando, com urgência, o **Plano de Gestão e Salvaguarda do CH com definição da Zona Especial de Protecção**;
 - Retomando e inovando as boas práticas de preservação e uso do património.





- ✓ **Dar** prioridade a candidaturas a financiamentos, atentas as limitações financeiras, nomeadamente para a recuperação do Salão Central;
- ✓ **Estabelecer** parcerias para a instalação de residências de estudantes no CH;
- ✓ **Assegurar** a limpeza e higiene públicas de forma permanente, imagem de marca que Évora já teve;
- ✓ **Fazer** um levantamento dos edifícios e equipamentos devolutos ou sem uso consentâneo e:
 - Se municipais e/ou públicos, **propor** novos usos integrados na nova dinâmica do CH;
 - Se privados, **procurar** incentivar e/ou negociar novos usos.
- ✓ **Revitalizar** o Mercado 1º de Maio com os operadores e pequenos produtores;
- ✓ **Implementar** um Plano de Emergência de Protecção Civil para o CH;
- ✓ **Propor** ao Governo, quer directamente quer pela sua intervenção em instituições como o Conselho da Região ou a Associação Nacional de Municípios, a **criação de um programa nacional de recuperação urbana**, com o objectivo de travar a degradação dos edifícios habitacionais, intervindo na sua reabilitação e recolocação no mercado de habitação.

4.2. Valorizar o Património Concelhio, Cooperar com a Região

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Criar** um **Plano Integrado de Valorização do Património Concelhio** que permita articular os diversos e valiosos tipos de património (arquitectónico, monumental, arqueológico, paisagístico e imaterial) em que o nosso território é rico;
- ✓ **Priorizar**, com ampla participação dos agentes envolvidos, um **programa de valorização patrimonial e turístico do Cromeleque dos Almendres, da Anta Grande do Zambujeiro e do Povoado Pré-histórico do Alto de S. Bento**;
- ✓ **Procurar** a recuperação de imóveis municipais de valor patrimonial relevante, em função da disponibilidade financeira do Município;
- ✓ **Concluir e publicar**, em formato digital, a **Carta Arqueológica do Concelho**;
- ✓ **Elaborar, promover e divulgar** um conjunto de rotas e circuitos turísticos, interligando os elementos patrimoniais, arqueológicos e paisagísticos mais importantes do concelho, fomentando a complementaridade entre cidade e freguesias rurais;
- ✓ **Inventariar** os bens patrimoniais do concelho, criando um **museu virtual** para Évora;
- ✓ **Promover** iniciativas de divulgação da tradição oral e dos saberes e artes tradicionais;
- ✓ **Promover** a valorização do Bairro da Malagueira, apostando na visibilidade e atractividade deste marcante projecto de Siza Vieira;
- ✓ **Promover** acções de estudo e divulgação do património concelhio junto da comunidade educativa;
- ✓ **Propor** a criação de circuitos turísticos temáticos em parceria com outros municípios.

5. Cultura, Educação e Ciência, Pilares do Desenvolvimento

A gestão PS desmantelou a actividade sócio-cultural do Município, ignorou o papel fundamental que o movimento associativo tem na dinâmica, na coesão social e como depositário da cultura identitária local. Esmagou a acção e dinâmica culturais que emergiam como factor de diferenciação, de qualificação e de prestígio de Évora. A gestão PS aplicou, enfim, a visão mercantilista e redutora, apanágio da sua orientação para a cultura.

A gestão PS, cúmplice do Poder Central, aceitou as políticas nacionais que põem em causa a educação pública, que olham as instalações como uma oportunidade de negócio privado, que querem desconcentrar (e não descentralizar) para transferir problemas e descontentamentos de agentes educativos, que impõem o encerramento de escolas numa lógica de despovoamento do mundo rural.

O que faz falta?

Faz falta afastar esta gestão PS que relegou a cultura para um papel apêndicula e decorativo, que não assume a educação pública como desiderato crucial para o progresso.

Faz falta concretizar uma **nova gestão que redefina a cultura e a educação como vectores estratégicos para a cidadania, para o desenvolvimento local, para a afirmação da nossa identidade e para a diferenciação de Évora.**





5.1. Cultura: vector estratégico de identidade, diferenciação e desenvolvimento

A cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade. A cultura engloba as artes e letras, os modos de vida, o sistema de valores, tradições e crenças, os direitos fundamentais do ser humano. É com esta visão abrangente e integrada que olhamos a importância determinante da cultura para o progresso e desenvolvimento do concelho de Évora.

Acresce que Évora e o Alentejo têm uma identidade cultural própria, distinta, única que nos confere a potencialidade de, apostando na diferença e na qualidade, projectar Évora nacional e internacionalmente. Essa projecção não pode ser dissociada, antes deve alicerçar-se, num programa ambicioso e coerente de animação sócio-cultural que coloque Évora em patamares culturais mais elevados. A nossa dinâmica e oferta cultural deve constituir-se como factor de atractividade.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Definir um Plano Estratégico Cultural** para o concelho, chamando à participação todos os agentes sócio-culturais e instituições locais, que se integre na estratégia de desenvolvimento local e que, nomeadamente:
 - Colabore com as **associações** e promova a **participação popular**;
 - Preserve, dinamize e divulgue o **diversificado património local**;
 - Assegure uma **programação cultural regular e coerente**, em parceria com os agentes culturais;
 - Procure qualificar, tendo em conta a escassez de recursos, e rentabilizar os **equipamentos existentes**;
 - Incentive e apoie os **criadores e investigadores**;
 - Aposte na **formação e atracção de públicos**;
 - Integre a cidade, os bairros e as freguesias rurais;
 - Trabalhe para a criação de redes regionais de cultura;
 - Garanta a afirmação externa de Évora.
- ✓ **Assumir** o Centro Histórico como o centro cultural da cidade com uma forte relação com a zona extramuros e o espaço rural;
- ✓ **Valorizar** a cultura como factor de desenvolvimento económico, de investimento, de criação de emprego mas também de coesão social;
- ✓ **Animar** os espaços patrimoniais com a participação dos agentes culturais, apostando na programação em rede;
- ✓ **Criar** uma rede museológica integrando os núcleos já existentes e apostando na ideia de levar o museu para a rua em interacção com a comunidade;
- ✓ **Promover** o artesanato e todas as expressões culturais ligadas às nossas raízes culturais, às tradições e cultura populares;
- ✓ **Rever** o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, simplificando-o e tornando-o um instrumento de incentivo à dinâmica cultural;
- ✓ **Reclamar**, junto do Poder Central, a instalação da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Distrital num modelo integrado de equipamentos com salvaguarda da actividade de depósito legal;
- ✓ **Reivindicar**, junto do Poder Central, com os agentes e associações locais, os apoios e a assunção de responsabilidades no domínio das infra-estruturas, do fomento e produção culturais;
- ✓ **Apoiar** iniciativas culturais de grande qualidade já existentes ou a criar;
- ✓ **Propor e construir** novas iniciativas âncora de dimensão regional e nacional, em parceria com associações, empresas e instituições da Região, que projecte Évora;
- ✓ **Propor e construir** uma iniciativa de dimensão europeia, em parceria com Municípios e instituições da Região, que projecte Évora e o Alentejo.

5.2. Educação Pública para a cidadania e o desenvolvimento

Uma Educação Pública universal, isenta, gratuita e de qualidade é um pilar da democracia e uma alavanca para o progresso e desenvolvimento de uma sociedade com maior justiça social.

Consideramos essencial defender e qualificar o sistema público de ensino que garanta o acesso a todos, que seja instrumento de democratização e cidadania activa, que fomente o progresso e o desenvolvimento.





Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Bater-se** por uma **Escola Pública** de qualidade, para a cidadania e o desenvolvimento e que:
 - Valorize professores, técnicos e auxiliares de educação;
 - Fomente a participação dos pais e da comunidade na escola;
 - Promova um projecto educativo / formação profissional para a integração;
 - Garanta e reforce a **componente de apoio à família** (horários, refeições, transportes, acção social escolar);
 - Mantenha as escolas das freguesias rurais, contributo fundamental para combater o despovoamento e o envelhecimento.
- ✓ **Recusar** a municipalização da educação que pretende pôr em causa a universalidade da Escola Pública;
- ✓ **Aprofundar** o conceito de **Cidade Educadora** no sentido de transformar Évora numa referência internacional das Cidades Educadoras, rede a que o Município aderiu em 2000
- ✓ **Promover**, com a participação de escolas, pais e outras instituições, um projecto anual para a educação, integrado e apostado na ligação escola/meio;
- ✓ **Qualificar**, dependendo dos recursos disponíveis, o Parque Escolar;
- ✓ **Apostar** na animação sócio-cultural e na ligação escola/meio;
- ✓ **Reabilitar e dinamizar** a Ludoteca do Jardim de Évora;
- ✓ **Apoiar** ATL e Centros Lúdicos, da rede pública, em parceria com Associações de Pais;
- ✓ **Promover** uma avaliação profunda do modelo e do funcionamento das actividades de enriquecimento curricular, com a participação da comunidade educativa;
- ✓ **Assegurar** o funcionamento regular e eficaz do **Conselho Municipal de Educação** chamando à participação todos os agentes educativos e a comunidade;
- ✓ **Rever** o contrato de execução de transferência de competências na área da educação, estabelecido com o Governo, tendo como princípios a valia para os alunos, o equilíbrio financeiro e a salvaguarda do emprego com direitos dos trabalhadores.

5.3. Apostar na Ciência, na Tecnologia e na Inovação

O conhecimento científico e tecnológico é hoje um dos grandes alicerces do desenvolvimento. A partilha de conhecimento em rede de pólos de saber é hoje peça fundamental do progresso. É importante que o concelho de Évora se constitua como elo dessas redes do conhecimento.

Évora tem sediada no seu território uma instituição produtora e difusora de conhecimento de reconhecido mérito, a Universidade de Évora. O saber acumulado em empresas, associações, entidades públicas e privadas em geral é igualmente relevante e será da comunicação e partilha entre os detentores deste conhecimento que resultará um comunidade mais culta, apta e consciente.

A Universidade de Évora constituiu-se como instituição líder do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia da Região Alentejo, do qual o Parque de Ciência e Tecnologia é peça fundamental. Cedido o terreno mínimo para a sua implantação, a Câmara Municipal ausentou-se do processo.

O que faz falta?

Faz falta uma política de incentivo que tenha por objectivos fundamentais:

- ✓ Incluir na estratégia de política cultural eventos de carácter científico, apostando em parcerias;
- ✓ Contribuir para o incremento da literacia científica;
- ✓ Criar um ambiente propício à criatividade e inovação;
- ✓ Contribuir para que Évora seja reconhecida como um elo de redes de conhecimento científico e tecnológico;

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Conceber**, em parceria com a Universidade de Évora e outras instituições, uma programação científica regular;
- ✓ **Contribuir** para a dinamização do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, reforçando o papel do Município na parceria;





- ✓ **Estudar** a possibilidade de instalação de um Centro de Ciência Viva em Évora;
- ✓ **Apoiar** e estimular a realização de reuniões, encontros e congressos científicos em Évora;
- ✓ **Apoiar ou promover** acções de formação no âmbito das tecnologias e inovação.

6. Apoiar a Dinamização Económica e a Criação de Emprego, Atrair Investimento

O desenvolvimento económico de um concelho ou de uma região depende fundamentalmente do modelo e das políticas económicas nacionais e da União Europeia (UE) e, muito limitadamente, da acção do Poder Local.

A **CDU** faz uma crítica radical às opções políticas e económicas que vêm dominando Portugal e a UE há décadas e que se caracterizam pelo favorecimento dos grandes interesses económicos multinacionais e nacionais, por uma crescente desigualdade na distribuição de riqueza e de rendimentos favorecendo uma pequena elite, pela subalternização de países e aprofundamento dos desequilíbrios entre regiões portuguesas e da Europa. Aquele modelo e aquelas políticas são responsáveis pela crise actual, de onde destacamos a **recessão económica** no país acentuada no interior e no Alentejo, o elevado e crescente **desemprego**, as crescentes dificuldades das pequenas e médias empresas, o **empobrecimento** da maioria dos cidadãos, a **litoralização do país** e o **despovoamento** do Alentejo.

Não cabe a um Município resolver as grandes questões económicas porque não possui nem dimensão, nem competências, nem meios, nem capacidade para o fazer. Mas, um Município pode e deve, no âmbito das suas limitadas competências e recursos, ter uma visão e uma estratégia económicas, uma posição sobre o rumo que é imposto exogenamente (Governo, UE) à economia local, um projecto e um programa de apoio ao desenvolvimento económico concelhio e regional.

Ora, a gestão PS do Município de Évora assumiu que a sua primeira prioridade iria para a economia que, supostamente, teria sido descurada pela **CDU**. E, também na área económica, o falhanço do PS (apesar de ter contado com um Governo PS durante mais de 6 anos) é clamoroso como se mostra com um indicador: entre 2001 e 2011, o concelho de Évora **perdeu 1.798 postos de trabalho** (ver INE, Recenseamentos).

O que faz falta?

Faz falta romper com a convivência castradora do PS local em relação às opções económicas estruturantes centralistas do Poder Central (por exemplo, pagar para não produzir bens agrícolas) que estão a reduzir a economia alentejana, a impor a perda de 7 pessoas por dia na Região, a liquidar lentamente o interior e o Alentejo.

Faz falta apostar, **envolvendo todos os agentes**, num **novo projecto e num novo programa para a economia local que procure apoiar, dinamizar, diversificar e expandir a base económica de Évora e propor e construir formas de cooperação regional em defesa da renovação da economia do Alentejo**.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Exigir uma política e um programa nacional de desenvolvimento regional** que, nomeadamente:
 - Defina metas e destine recursos com vista à **redução das disparidades entre regiões**, que **aposte no desenvolvimento do Alentejo**;
 - Oriente significativos fundos comunitários, com objectivos e calendários claros, para o **crescimento**, em termos absolutos e no PIB nacional, da **economia alentejana**;
 - Crie um eficaz **sistema regional de incentivos ao investimento**, à **instalação de novas empresas**, à **criação de emprego**.
- ✓ **Exigir uma reorientação dos fundos estruturais da UE para apoio às economias regionais e à criação de emprego** e uma **nova Política Agrícola Comum** que, ao invés de pagar para não produzir, apoie a produção e ponha fim às quotas nos produtos e sectores em que o país é deficitário;
- ✓ **Criar**, a partir de um processo participativo aberto, um **Conselho Económico**, de estrutura flexível, que assegure espaços alargados de discussão e consensualização de **acções de dinamização da economia local**;
- ✓ **Valorizar** o trabalho e o emprego com direitos;
- ✓ **Elaborar e implementar** um **programa de revitalização económica do Centro Histórico** da cidade, integrado com outros programas de recuperação e dinamização do CH;
- ✓ **Apostar no turismo** como uma das grandes potencialidades de crescimento e desenvolvimento, em particular, defin-





indo, em parceria com a Turismo do Alentejo, ERT, a Universidade de Évora e a CIMAC, uma **estratégia e programas de dinamização turística** para a cidade e concelho e interligados com o distrito e o Alentejo;

- ✓ **Promover** Évora, cidade e concelho, como destino de investimento;
- ✓ **Apoiar a base económica instalada**, nomeadamente:
 - Criando um **programa municipal de resposta rápida** (máximo de 15 dias) **às necessidades das empresas**, no que depende do Município (desburocratização, acompanhamento personalizado da empresa, etc.);
 - Incentivando **parcerias e redes** entre empresas e outras instituições;
 - Propondo **formas de cooperação** entre o Município e as associações representativas para apoio geral e para candidaturas a financiamentos;
 - Incentivando as pequenas e médias empresas da agricultura aos serviços, da tradição à inovação, da cidade às freguesias;
 - Dialogando e cooperando com **empresas e sectores estratégicos** da economia concelha;
 - Disseminando ideias e práticas de **eficiência energética** e de **sustentabilidade**.
- ✓ **Promover** os produtos locais e regionais e apoiar o seu escoamento;
- ✓ **Apoiar a expansão da economia social**, aposta que permite responder a problemas sociais, dinamizar a economia local, captar investimento e criar emprego;
- ✓ **Promover** um novo modelo de gestão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE), com a participação das Associações Empresariais, alterando o Regulamento, reduzindo o custo dos lotes, flexibilizando prazos e normas para facilitar os investimentos;
- ✓ **Concretizar**, em parceria com Associações Empresariais e outras instituições, um **Centro de Desenvolvimento Local de Ideias e Negócios**;
- ✓ **Reformular**, em diálogo com os agentes e entidades envolvidas, os mercados de rua, dando particular atenção aos produtos regionais e locais, envolvendo os produtores e comerciantes, procurando valias turísticas e de atractividade;
- ✓ **Identificar** as potencialidades locais de desenvolvimento no espaço rural de Évora e estimular a constituição de fileiras económicas diversas;
- ✓ **Estimular** a aproximação entre produtores e operadores turísticos e económicos;
- ✓ **Lançar** um grande **debate público sobre o futuro da Feira de S. João** com o objectivo de a recolocar, a prazo, como grande certame do Alentejo e pólo de atractividade a Évora.

7. Combater as Desigualdades, Reforçar as Respostas Sociais

A principal causa dos grandes problemas sociais, nomeadamente o desemprego e o empobrecimento da maioria dos cidadãos, reside nas políticas que os vários Governos aplicam há décadas. O actual Governo PSD/CDS está a aprofundar – com base no Memorando assinado entre a troika estrangeira (FMI, BCE, UE) e PS, PSD e CDS – aquelas políticas com as consequências terríveis, para o Povo, para Évora e para o País, que se conhecem e que nos estão a cair em cima brutalmente.

O que faz falta?

Faz falta pôr fim àquela política nacional anti-social.

Faz falta uma nova política nacional assente no humanismo e comprometida no combate às desigualdades e pela justiça social.

A **CDU** entende que os principais e mais dramáticos problemas sociais que se vivem em Évora (como no Alentejo e no país) só poderão ter resolução sustentada e permanente se forem asseguradas condições de vida dignas e socialmente mais justas aos cidadãos.

A **CDU** defende, como resposta determinante aos principais problemas sociais, a necessidade de uma mais justa distribuição do rendimento e da riqueza. Melhores salários, reformas e pensões são imprescindíveis para dar condições de vida digna a quem precisa. Essa é uma responsabilidade primeira das políticas nacionais e dos Governos.

A **CDU**, no âmbito das limitadas competências e meios do Poder Local, assume que o Município deve ter uma **política social pró-activa** que:

- **Exija ao Poder Central o cumprimento das suas determinantes responsabilidades sociais;**
- **Dinamize o esforço de busca de soluções possíveis para minimizar os problemas sociais existentes em Évora.**





7.1. Defender os Direitos Sociais, Apoiar as Populações

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Levantar** a sua voz contra as injustiças sociais que se verifiquem no concelho e **abandonar** subserviências a quaisquer interesses que prejudiquem Évora;
- ✓ **Denunciar, combater e propor** soluções para os problemas sociais (desemprego, exclusão social, baixos salários, reformas, pensões e prestações sociais, redução das condições de vida, empobrecimento, etc.);
- ✓ **Defender e apoiar** os serviços e instituições de natureza social;
- ✓ **Apoiar** as justas aspirações, reivindicações e lutas populares por direitos sociais.

7.2. Renovar a Rede Social do Concelho

Com a nova maioria **CDU**, o Município redinamizará, atribuirá novas e mais importantes funções e assumirá a **Rede Social do Concelho** como estrutura prioritária e determinante da acção social municipal e concelhia, nomeadamente:

- ✓ **Renovando-a** como plataforma de coordenação, de cooperação, de discussão e de acção conjunta e integrada nas respostas sociais;
- ✓ **Alargando e motivando** a participação das instituições locais e dos organismos desconcentrados do Estado;
- ✓ Elegendo como prioridade a disseminação de uma **cultura de cooperação** operacional, para aumentar a eficácia, a rentabilização dos meios e a qualidade das respostas sociais;
- ✓ **Criando**, onde se justificar, **Comissões Sociais de Freguesia** articuladas com a Rede Social do Concelho.

7.3. Lançar Programa Integrado de Apoio Social

Com a nova maioria **CDU**, Município irá lançar um **Programa Integrado de Apoio Social** baseado nos princípios da universalidade dos apoios, da sustentabilidade das acções e do respeito pela dignidade humana. Aquele Programa incluirá, ainda e face ao agravamento diário da situação social, acções de apoio directo e imediato.

- ✓ **Apoiar** as instituições sociais e humanitárias, nomeadamente, para:
 - alargar a capacidade de resposta existente;
 - criar novas valências (p.ex., centro de dia, lar)
 - colocar candidaturas a financiamentos;
 - assegurar formação a dirigentes e funcionários.
- ✓ **Promover** programas de combate ao isolamento de idosos;
- ✓ **Promover**, em conjunto com parceiros institucionais, iniciativas de envelhecimento activo – actividades desenhadas em função da idade das pessoas;
- ✓ **Garantir** e, se possível, reforçar a acção social escolar;
- ✓ **Intervir** para melhorar as condições de habitabilidade e para recuperar habitação degradada;
- ✓ **Estudar** a possibilidade de introduzir, face às restrições financeiras, bolsas de estudo de cariz social;
- ✓ **Procurar** alargar os benefícios do Cartão Social do Município, integrando o Cartão Évora Solidária.

7.4. Defender a Saúde e a Segurança Social Públicas

Um **Serviço Nacional de Saúde (SNS) Público**, universal, gratuito, de qualidade e que garanta o acesso a todos os cidadãos independentemente dos seus rendimentos ou local de residência e uma **Segurança Social Pública**, universal que assegure a protecção social a todos os cidadãos, são essenciais para combater as desigualdades sociais, dar resposta a problemas sociais comuns, para garantir os direitos sociais constitucionalmente consagrados e a própria democracia.

Vários Governos têm procurado transformar, parcialmente, a saúde e a segurança social em negócios privados para benefício de grandes interesses económicos. A gestão PS do Município de Évora, na subserviência aos seus Governos, aceitou o encerramento de serviços de saúde, a redução de assistência médica, sobretudo, em freguesias rurais desprotegendo ainda mais as populações mais pobres.





O que faz falta?

Faz falta pôr fim à política que ataca a saúde e a segurança social públicas.

Faz falta, com a **CDU**, denunciar os ataques ao SNS e à Segurança Social Públicas, defender estes direitos sociais indispensáveis, exigir o seu reforço para uma maior justiça social e melhores condições e qualidade de vida para todos.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Defender** o SNS universal, gratuito, de qualidade, assegurando o acesso a todos e valorizando os profissionais que nele trabalham;
- ✓ **Denunciar e combater a redução ou encerramento de serviços de saúde**, em particular, nas freguesias rurais;
- ✓ **Exigir** o fim das taxas moderadoras que estão a afastar utentes necessitados;
- ✓ **Defender o novo Hospital Central Público para Évora**, reduzindo custos, mantendo, no mínimo, as actuais valências, avaliando e concertando a sua localização, participando na procura do necessário financiamento;
- ✓ **Defender** a Segurança Social Pública universal e valorizando os profissionais que nela trabalham;
- ✓ **Apoiar** o alargamento da resposta social das IPSS mas **recusar** que a Segurança Social se reduza a mera compradora de serviços.

8. Urbanismo, Ordenamento e Ambiente: Planear e Inovar para Desenvolver

Um ordenamento do território adequado, um urbanismo de qualidade e um ambiente preservado são suportes indispensáveis e determinantes para a elevação da qualidade de vida e para a atractividade de uma região ou concelho.

Propomo-nos assegurar um ordenamento do território e um urbanismo livres da especulação e que sirvam o bem-estar das populações. Batemo-nos por um desenvolvimento sustentado que compatibilize a actividade humana com um ambiente natural e saudável.

8.1. Retomar um Ordenamento e um Urbanismo de Qualidade

É particularmente notório o descalabro da gestão PS nestas áreas:

- Submissão a interesses privados ou de grupo em detrimento do interesse público de que a revisão do PDM é exemplo maior;
- Falta de visão estratégica, inoperância e incompetência (abandono dos instrumentos de intervenção no território, das unidades de execução, dos mecanismos inovadores de perequação; perda progressiva da bolsa de solos; previsões irrealistas da evolução da população, etc.);
- Abandono dos corredores e espaços verdes essenciais à cidade e a sua harmonização com zonas desportivas e de lazer;
- Lastro de promessas não cumpridas como o Parque Desportivo Municipal, dois Parques Urbanos, a Circular Externa – ramo nascente, a recuperação do Jardim Público e da Mata, o arranjo do Rossio de S. Brás ou a recuperação do Salão Central;
- Centro Histórico em decadência, espaços públicos mal tratados e abandonados, higiene e limpeza públicas esquecidas;
- Muita encenação mediática e despesista.

O que faz falta?

Faz falta quebrar a apatia e subserviência instaladas, faz falta pôr fim a esta política.

Faz falta implementar uma **nova política municipal de ordenamento do território e de urbanismo onde prevaleça a imparcialidade de actuação, a transparência de procedimentos, o interesse público visando o bem-estar colectivo e a qualidade do território e que:**





- ✓ Aposte num Plano Director Municipal que articule economia, desenvolvimento e ambiente, que adequa a REN e a RAN e os seus usos compatíveis, que defenda a alteração de estrangulamentos (baixos índices, penalização de investimentos, etc.), que assegure perímetros urbanos adequados à qualidade urbanística;
- ✓ Implemente uma política de solos que se constitua um instrumento regulador e aplique princípios de justa repartição dos encargos e benefícios do planeamento urbanístico;
- ✓ Retome a preservação do Centro Histórico e reforce a sua centralidade;
- ✓ Reformule a política municipal de habitação, articulando-a com a reabilitação urbana e tendo em conta a nova realidade económica e social;
- ✓ Preserve e valorize os diversos tipos de património;
- ✓ Beneficie a rede viária e facilite a mobilidade;
- ✓ Qualifique, privilegiando intervenções urbanísticas pontuais e de proximidade face às dificuldades financeiras, a cidade, vilas e aldeias.

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

✓ **Planear para desenvolver:**

- **Reavaliar** os principais instrumentos de ordenamento do território, privilegiando os seguintes aspectos:
 - Reavaliação dos traçados rodo-ferroviários das ligações entre Sines e Espanha no concelho de Évora, pugnando pela salvaguarda do interesse da cidade, ao nível de qualidade ambiental e fluidez de tráfego;
 - Contenção do perímetro urbano da cidade e favorecimento de ocupação das zonas intersticiais;
 - Reavaliação da localização prevista de grandes equipamentos, evitando a sua periferização e o conseqüente aumento das distâncias médias a percorrer pela população da cidade;
 - Reposição dos mecanismos legais de perequação compensatória, aplicados a proprietários e promotores, como forma de mais justamente repartir os encargos e benefícios do planeamento urbanístico e garantir à autarquia o acesso a terrenos de uso público;
- **Estudar**, tendo em conta as restrições financeiras, a criação de Áreas de Reabilitação Urbana, desenvolvendo projectos de reabilitação candidatáveis a financiamento externo;
- **Rever** o Regulamento Municipal de Edificação, Urbanização e Taxas Urbanísticas, tornando-o mais adequado à realidade actual, mais justo e mais estimulante para os promotores;
- **Criar** o Plano de Gestão e Salvaguarda do Centro Histórico e zona envolvente;
- **Agilizar** os processos de licenciamento urbanístico, reduzindo os tempos de resposta.

✓ **Qualificar a cidade, as vilas e aldeias:**

- **Revalorizar** Évora, cidade e concelho, como Património da Humanidade (ver ponto 4);
- **Melhorar**, definindo prioridades anuais face às dificuldades financeiras, a **imagem urbana e os espaços públicos**, designadamente em passeios, mobiliário urbano, marcação rodoviária;
- **Rever o plano de circulação e trânsito da cidade**, facilitando a mobilidade, o tráfego e o estacionamento;
- **Criar**, onde se justifique, planos de circulação e trânsito nas freguesias;
- **Reconstituir** uma bolsa municipal de solos, como instrumento regulador do município, permitindo o apoio a programas de habitação a custos controlados, em articulação com a regulamentação de taxas, cedências e compensações e a regulamentação de cedências de solo municipal;
- **Privilegiar** os locais já infra-estruturados para edificação;
- **Inventariar e implementar** um plano de gestão integrada do património imobiliário municipal, rentabilizando-o em favor da população;
- **Melhorar e gerir** de uma forma mais eficaz a **iluminação pública**.

✓ **Apoiar a recuperação e o acesso à habitação:**

- **Elaborar** o Plano Local de Habitação, instrumento estratégico municipal para a implementação de uma política integrada de habitação e reabilitação urbana;
- **Assegurar** rendas sociais nas habitações municipais compatíveis com os rendimentos das famílias e reavaliar o papel da Habévora, EM;
- **Exigir** a redução do IMI para níveis compatíveis com os rendimentos das famílias bem como a alteração da Lei das Rendas de modo a salvaguardar famílias de baixos rendimentos.

✓ Beneficiar a rede viária, facilitar a mobilidade:





- **Intervir**, na salvaguarda dos interesses de Évora, nos processos de definição das redes regionais e nacionais de tráfego rodoviário e ferroviário;
- **Procurar**, de uma forma faseada, concretizar a circular intermédia da cidade, através da construção de troços segundo as disponibilidades financeiras da autarquia;
- **Estabelecer** prioridades, compatíveis com as dificuldades financeiras, para a manutenção e requalificação de arruamentos, estradas e caminhos públicos;
- **Criar** um plano concelhio para a mobilidade que dê prioridade à circulação e acessos a cidadãos com mobilidade condicionada;
- **Melhorar** o transporte público na cidade;
- **Articular** em rede as vias pedonais e cicláveis e proporcionar acessos seguros aos bairros.

8.2. Preservar o Ambiente, Garantir a Sustentabilidade

O Alentejo é uma das regiões da União Europeia melhor preservadas e de maior qualidade ambiental. Este é um factor determinante de diferenciação positiva da nossa Região e concelho. Se o ambiente ocupa hoje um papel crucial para o futuro da Humanidade, no caso da nossa Região pode e deve ser uma das bases fundamentais numa estratégia de desenvolvimento regional sustentável. O Município de Évora deve colocar a questão ambiental na primeira linha das suas preocupações.

A gestão PS, apesar de algumas encenações mediáticas, não só descuroou o ambiente como tomou um conjunto de medidas que mostram a insensibilidade face à questão ambiental e à sua relação directa com a qualidade de vida das populações, como:

- Transformou a água em negócio e abriu as portas à sua privatização com a entrega do abastecimento de água e saneamento em alta às Águas de Portugal, uma das causas da gigantesca dívida do Município;
- Abandonou a criação do Parque Urbano e de Fruição Ambiental;
- Descuroou os espaços verdes e a estrutura ecológica urbana;
- A higiene e limpeza públicas, retomadas agora à pressa para eleitor ver, foram quase abandonadas.

O que faz falta?

Faz falta implementar uma **nova política ambiental que inclua uma visão integrada dos diversos sistemas ecológicos, que motive a cooperação entre todos os intervenientes (entidades responsáveis, instituições, empresas, populações), que defenda e promova a paisagem, o património natural e a bio-diversidade, que ordene o território com base no interesse público, que assegure a compatibilização entre o ambiente e a actividade humana, que defenda a água pública, que aumente a reciclagem e o uso eficiente dos recursos, seja componente essencial para a elevação da qualidade de vida.**

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Defender a água pública de qualidade para todos:**
 - Retomar o **controlo estratégico do sistema de abastecimento de água e saneamento em alta** (negociar a saída do sistema multimunicipal, terminar o contrato com as Águas do Centro Alentejo, estudar a adesão vantajosa à Parceria Pública no Alentejo);
 - Renovar, conforme as disponibilidades financeiras, o **sistema municipal público de água e saneamento** e reintegrar-lhe, havendo benefícios económicos, componentes do sistema em alta;
 - Lançar um **programa de poupança e uso racional da água**, a começar pelo Município;
 - Reduzir, substancialmente, as tarifas de ligação de água à rede pública com vantagens económicas para os utentes e para o Município;
 - Combater a tentativa do Poder Central de impor tarifas e taxas nacionais que pretendem garantir os lucros para a futura privatização.
- ✓ **Preservar o ambiente e pugnar pelo desenvolvimento sustentado:**
 - Definir um **plano concelhio de preservação e promoção ambiental** chamando à participação as entidades interessadas e as populações que, nomeadamente, identifique e actue sobre as principais fontes de poluição, salvaguarde o património paisagístico e os sítios de interesse arqueológico, defenda a revalorização do espaço rural;
 - Preservar as zonas ecologicamente sensíveis e fundamentais para o funcionamento dos sistemas naturais, entre os





quais os definidos na estrutura ecológica urbana;

- Retomar a **Agenda XXI Local**, garantindo a participação e respeitando os projectos seleccionados pela população;
- Continuar o programa **Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado (GAPS)**, em parceria com o Município de Montemor-o-Novo, fazendo prevalecer os valores ambientais do sítio e compatibilizando-os com a actividade humana e económica;
- Criar um programa **Carbono Zero** que contribua para minimizar as alterações climáticas;
- Promover e apoiar acções para a **eficiência energética** e as **energias limpas**;
- Incentivar e implementar **acções de monitorização e melhoria da qualidade do ar**, em parceria com outras instituições;
- Criar um **centro de recursos materiais** que assegure a reciclagem e reaproveitamento de materiais usados mas úteis;
- Promover acções de educação ambiental.

✓ **Assegurar a Higiene e Limpeza Públicas:**

- Reorganizar os serviços municipais de modo a retomar e garantir **elevados níveis e padrões de higiene e limpeza públicas**;
- Lançar uma campanha e um programa para incentivar, com a participação de instituições, empresas e cidadãos, **Évora limpa, cuidada, branca** como é timbre do Alentejo;
- Cooperar com a GESAMB, empresa intermunicipal para tratamento de resíduos, em programas de investimento na rede de ecopontos e de sensibilização para a reciclagem;
- Incentivar a compostagem;
- Definir prioridades para, conforme as restrições financeiras, qualificar e dinamizar os espaços verdes do concelho.

9. Revalorizar o Desporto

Apostamos na democratização e na generalização da prática desportiva e de actividades físicas como componente imprescindível à vivência social e a uma vida saudável. Entendemos que o desporto deve estar presente desde os primeiros anos de vida.

Infelizmente, o Poder Central não tem entendido esta necessidade e a gestão PS da Câmara de Évora tem confundido política desportiva com acções mediáticas ou de influência clientelar, acrescendo a incapacidade para garantir o apoio mínimo às associações, aos clubes e ao desporto concelhio.

O desporto escolar é apendicular, inexistem programas sistemáticos de disseminação de actividades físicas, os clubes e associações, com poucas excepções, estão em divórcio com a Câmara PS. Equipas e modalidades que prestigiam Évora com o seu desempenho não têm apoios, eventos desportivos que promovem Évora são descurados pela Câmara PS. Esfumaram-se as muitas promessas de muitos milhões para infra-estruturas desportivas. Os clubes e associações desportivas do concelho, essenciais à dinamização da prática desportiva, sobrevivem hoje com imensas dificuldades e alguns estão mesmo em risco de fechar a porta.

Não fosse o empenho e perseverança de muitos, esbarrando com a falta apoios ou de simples diálogo com a Câmara PS, e o desporto já teria recuado para níveis impensáveis no pós-25 de Abril.

O que faz falta?

Faz falta uma **nova política integrada de fomento do desporto, envolvendo os agentes desportivos concelhios, tendo como objectivos centrais a generalização da prática desportiva e da actividade física; o apoio à formação, ao desporto federado e a eventos desportivos que promovam Évora; a procura de financiamentos para infra-estruturas; a promoção de estilos de vida saudáveis.**

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Elaborar um Plano Estratégico para o Desenvolvimento Desportivo** do concelho, chamando à participação todos os interessados;
- ✓ **Promover a prática desportiva, generalizar a actividade física:**





- Lançar **programas de promoção da prática desportiva** para todos, em colaboração com instituições e clubes;
- Promover a divulgação de jogos tradicionais;
- Dialogar com os agentes desportivos do concelho, envolvendo-os em parcerias que tornem a oferta desportiva mais atraente e diversificada para as populações;
- Promover a criação de novos circuitos de manutenção e espaços lúdicos por todo o concelho e melhorar os já existentes;
- Criar percursos pedonais ao longo de todo o concelho.
- ✓ **Apostar na formação e no apoio aos clubes e associações:**
 - Incentivar **acções de formação** para atletas, técnicos e dirigentes;
 - Definir, atendendo às restrições financeiras da Câmara, formas e programas de apoio aos clubes e associações.
- ✓ **Qualificar e rentabilizar**, atentas as restrições financeiras, as instalações desportivas existentes;
- ✓ **Dinamizar e atrair iniciativas desportivas:**
 - Realizar os **Jogos do Município**, motivando a participação de todos;
 - Apoiar eventos desportivos e equipas com relevo regional e nacional;
 - Recuperar a participação na **Volta ao Alentejo em Bicicleta**;
 - Atrair para Évora e apoiar a realização de provas desportivas de dimensão regional e nacional.

10. Juventude no Futuro de Évora

A Juventude tem sido profundamente penalizada pelas políticas nacionais aplicadas nos últimos anos. A actual crise acentuou os problemas com que os jovens estão confrontados e pôs a nu as tremendas consequências daquelas opções: dificuldades crescentes no acesso aos vários graus de ensino; emprego inseguro e sem direitos, desemprego galopante; uma geração sem remuneração dependente da família, ela própria em aperto ou sufoco; uma geração convidada a emigrar... Enfim, sonhos e esperanças rasgados, futuro hipotecado por políticas e políticos reféns dos mercados, subtiliza para mascarar os interesses dos (poucos) beneficiários e donos do país e do mundo.

A gestão PS da Câmara de Évora, seguidora subserviente daquelas políticas, aplicou, como política para a Juventude, o artificialismo, o utilitarismo, a encenação, recusando a abordagem das causas dos problemas dos jovens e mais ainda uma prática centrada nos jovens e nas suas preocupações.

O que faz falta?

Faz falta uma **nova política para a Juventude que considere os jovens na sua diversidade e irreverência, que não tenha medo de questionar as causas dos problemas impostos à Juventude, que construa com os jovens um programa integrado que potencie a criatividade e dinâmica juvenis e afirme Évora pela atenção aos anseios da Juventude.**

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Construir**, faseadamente e com ampla participação, o **Programa “Évora Jovem”** – inovador, integrado, eclético – que aponte como objectivo estratégico transformar Évora num Município de referência para a Juventude;
- ✓ **Incentivar a participação dos Jovens nas políticas municipais:**
 - Garantir o funcionamento regular do **Conselho Municipal da Juventude** como importante estrutura de intervenção jovem na acção do Município;
 - Incentivar a participação das **associações juvenis, ou com intervenção junto dos jovens**, na definição de programas e projectos;
 - Dinamizar a organização de Fóruns da Juventude, com figurinos flexíveis, que abordem diversos temas e apresentem propostas de acção.
- ✓ **Denunciar e exigir ao Poder Central medidas de combate aos principais problemas juvenis** (desemprego; insegurança no emprego; inserção profissional; acesso à educação, à habitação, à saúde; etc.);
- ✓ **Incentivar a iniciativa e a criatividade dos jovens:**
 - Propor parcerias com a Universidade de Évora, Associações Empresariais, empresas e outras instituições para concentrar recursos no apoio activo às ideias e projectos de jovens.
- ✓ **Contribuir para a fixação de jovens dando prioridade ao Centro Histórico:**
 - Estudar a criação de um **programa de apoio ao arrendamento**, atentas as dificuldades financeiras, em parceria com proprietários;





- Contribuir para aumentar a oferta de **residências para estudantes**;
- Procurar criar uma **bolsa de alojamento** em parceria com proprietários e outras entidades;
- Lançar um **programa de estágios municipais**, atentas as restrições financeiras;
- Propor parcerias com empresas, escolas e outras instituições para **programas de formação e estágios profissionais** (não substitutos de postos de trabalho).
- ✓ **Criar um Programa de Voluntariado Jovem**, podendo abranger várias áreas e para tarefas específicas que não se substituam a postos de trabalho;
- ✓ **Apoiar e incentivar**, atentas as restrições financeiras, **o associativismo juvenil**;
- ✓ **Fomentar espaços e projectos da juventude**.

11. Renovar e Reforçar a Protecção Civil e a Segurança

A protecção civil e a segurança pública são essenciais à prevenção e ao bem-estar das populações e, sobretudo, devem garantir um clima de confiança à nossa comunidade e aos cidadãos, em particular.

A gestão PS, em termos práticos, limitou-se a garantir um funcionamento que não corresponde sequer ao mínimo exigível e que introduziu algum “mal-estar” nas relações institucionais que se repercutiu negativamente em ambos os dispositivos.

O que faz falta?

Faz falta alterar a política de protecção civil e segurança pública atribuindo-lhe a importância que tem para os cidadãos e para um concelho com as características do nosso.

Faz falta implementar **uma nova política de protecção civil e segurança pública pondo a funcionar de forma regular e adequada à nossa realidade as estruturas legalmente previstas e definir e implementar, com os parceiros institucionais, estratégias e programas de acção que envolvam ainda instituições locais, Juntas de Freguesia e populações.**

11.1. Melhorar a Protecção Civil

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Apoiar e propor** uma **colaboração estratégica** com os nossos Bombeiros Voluntários atribuindo-lhes papel determinante na estrutura local de protecção civil;
- ✓ **Garantir** o funcionamento regular, participado e eficaz da **Comissão Municipal de Protecção Civil** e da **Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios**;
- ✓ **Elaborar** o plano de emergência para o Centro Histórico;
- ✓ **Actualizar** os planos de protecção civil, nomeadamente, o Plano Municipal de Emergência e o Plano de Defesa da Floresta;
- ✓ **Criar** um programa de voluntariado jovem com componente de protecção civil;
- ✓ Aprofundar a **colaboração distrital e regional**.

11.2. Defender Maior Segurança Pública

Com a nova maioria **CDU**, o Município irá:

- ✓ **Garantir** o funcionamento regular, participado e eficaz do **Conselho Municipal de Segurança** que acompanhe e proponha medidas para aumentar a segurança dos cidadãos;
- ✓ **Estabelecer** um relacionamento regular e de permanente colaboração com as forças de segurança no concelho;
- ✓ **Pronunciar-se** contra todas as medidas que diminuam os níveis de segurança na cidade e no concelho e **exigir meios, instalações e equipamentos** adequados às necessidades de segurança de Évora.





12. Programa CDU: Para Mudar, Para Cumprir!

A **CDU** apresenta um **Programa** diferente para concretizar uma **real alternativa política** à gestão PS, que contou com a conivência do PSD em questões fundamentais, e que colocou o Município e Évora neste buraco.

A **CDU** propõe um **Programa** abrangente, fundamentado, coerente, sem demagogia; um **Programa** fruto das contribuições de muitos e de um profundo conhecimento das nossas freguesias, da nossa cidade, do nosso concelho e da Região.

A **CDU**, com este **Programa**, procura dar uma resposta – no que depende do Poder Local e nas muito difíceis condições em que o PS vai deixar a Câmara – às preocupações, às aspirações e às necessidades das populações e do concelho de Évora.

A **CDU**, com este **Programa**, apresenta uma proposta às cidadãs e cidadãos e instituições para um trabalho conjunto para construir uma vida e um concelho melhores.

Só uma **grande votação e a vitória da CDU** podem e vão garantir que este Programa – que queremos o **Programa das populações, da cidade e do concelho** – seja aplicado para travar o declínio de Évora, para iniciar um **novo ciclo de afirmação e desenvolvimento de Évora**.

Nas Eleições Autárquicas de 29 de Setembro, **só a concentração dos votos na CDU pode garantir a mudança que urge em Évora!**

A CDU não tem um discurso antes das Eleições e uma prática contrária depois. **A CDU não trai o seu voto. A CDU diz o que faz e faz o que diz. A CDU é de confiança!**

A 29 de Setembro,

O voto útil, o voto que conta para mudar Évora é na CDU!

O voto certo, o voto seguro, o voto de confiança é na CDU!

JUNTOS CONSEGUIMOS!

